



SEGUNDA EDIÇÃO  
**FORMAÇÃO EM ESTRATÉGIAS  
DE EMPODERAMENTO  
DE ADOLESCENTES  
E JOVENS EM SITUAÇÃO  
DE VULNERABILIDADE  
SOCIAL - JAVU**

RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES  
ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA  
MARIA FATIMA DE SOUSA  
JITONE LEÔNIDAS SOARES  
ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA  
(ORGANIZADORES)

2020



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE





# Formação em estratégias de empoderamento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social – JAVU

2ª Edição

## Ficha Técnica

Esta obra é licenciada nos termos Creative Commons, sendo todos os direitos reservados. É permitida a reprodução, disseminação e utilização desta obra, em parte ou em sua totalidade, desde que citada a fonte.

© 2020

Universidade de Brasília - UnB  
NESP – Núcleo de Saúde Pública

**Coordenação do Curso Técnico-Pedagógica**  
Coordenadora UTICS e Coordenadora do NESP/UnB  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Valéria Machado Mendonça

**UEPSF** (Unidade de Estudos de Saúde da Família)

**Coordenadora técnica do curso**  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Rackynelly Alves Sarmento Soares

### Docentes e conteudistas

Módulo 1

*Prof Me Doutorando Jitone Leônidas Soares*

Módulo 2

*Prof<sup>a</sup> Dra. Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira*

Módulo 3

*Prof<sup>a</sup> Dra. Silvia Renata Lordello*

Módulo 4

*Prof<sup>a</sup> Ma. Elizabeth Alves de Jesus Prado*

Módulo 5

*Prof<sup>a</sup> Dra. Dais Gonçalves Rocha e Gabriela Fogaça*

Módulo 6

*Prof<sup>a</sup> Dra. Juliane Andrade e*

*Prof<sup>a</sup> Dra. Andréa Leite Ribeiro*

Módulo 7

*Prof<sup>a</sup> Dra. Sheila Giardini Murta*

Módulo 8

*Prof<sup>a</sup> Dra. Marlúcia Ferreira do Carmo e*

*Prof<sup>o</sup> Lucas Alves Bezerra*

Módulo 9

*Prof<sup>o</sup> Dr. Edu Turte Cavadinha*

Módulo 10

*Prof<sup>a</sup> Maíra Gussi de Oliveira, Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Gussi e Prof<sup>a</sup> Dra. Maria da Glória Lima*

Topografia Social

*Prof<sup>a</sup> Dra. Rudgy Pinto de Figueiredo e*

*Prof<sup>a</sup> Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo*

### Equipe técnica e produção de EaD

Rafael Valentim

Prof. Me. João Paulo Fernandes da Silva

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rackynelly Alves Sarmento Soares

### Coordenador de Produção de Educação a Distância

Prof. Me. Doutorando Jitone Leônidas Soares

### Coordenador Pedagógico

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva

### Revisor de Textos

Prof. Flávio Rossi de Oliveira Reis

### Designer Instrucional

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosana Amaro

### Designer Gráfico

Daniel Alves Tavares

### Web Designer

Gabriel Cavalcanti D'Albuquerque Magalhães

### Ilustrador de EaD

Cristiano Silva Gomes

### Editor 2/3 D

Cristiano Alves de Oliveira





SEGUNDA EDIÇÃO  
**FORMAÇÃO EM ESTRATÉGIAS  
DE EMPODERAMENTO  
DE ADOLESCENTES  
E JOVENS EM SITUAÇÃO  
DE VULNERABILIDADE  
SOCIAL - JAVU**

RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES  
ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA  
MARIA FATIMA DE SOUSA  
JITONE LEÔNIDAS SOARES  
ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA  
(ORGANIZADORES)

2020

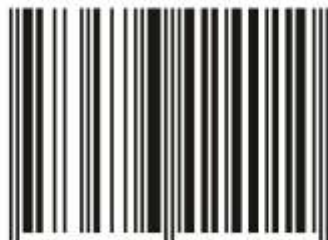


MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



ISBN: 978-65-86424-01-0

**CSL**



9 786586 424010

MÓDULO I  
AMBIENTAÇÃO  
EM EAD

6

MÓDULO II  
EDUCAÇÃO  
EM SAÚDE

46

MÓDULO III  
JOVENS E  
ADOLESCENTES  
CONCEITOS  
E DEFINIÇÕES

81

MÓDULO IV  
POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE SAÚDE

117

MÓDULO V  
REDES  
DE PROTEÇÃO

158

MÓDULO VI  
VULNERABILIDADE DE  
CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES NO  
CONTEXTO ESCOLAR

199

MÓDULO VII  
PREVENÇÃO À  
VIOLÊNCIA NO  
NAMORO ENTRE  
JOVENS

233

MÓDULO VIII  
DIREITOS SEXUAIS  
E REPRODUTIVOS  
DE ADOLESCENTES  
E JOVENS

269

MÓDULO IX  
GÊNERO  
NA ESCOLA

300

MÓDULO X  
PREVENÇÃO AO USO  
DE ÁLCOOL E OUTRAS

332

SOBRE OS  
AUTORES

367

# PREFÁCIO

Este livro foi desenvolvido, especialmente, para o projeto de extensão “Curso de formação em estratégias de empoderamento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social”, da Universidade de Brasília, coordenado por pesquisadores do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/CEAM/UnB).

Carinhosamente chamado de Curso JAVU, por entendermos que a violência acontece em ciclos, e entre grupos populacionais específicos, situação que nos remete a expressão francesa *déjà vu* e também por fazer referência aos Jovens e Adolescentes em situação de Vulnerabilidade. O que queremos? Que esse ciclo não mais exista e é nessa direção que caminhamos.

O Curso JAVU foi desenhado para professores de escolas públicas do Brasil. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva, emancipatória, não discriminatória, de respeito à diversidade e de cultura de paz no contexto escolar, de modo a promover a saúde de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Para percorrer essa caminhada, organizamos este livro em dez capítulos, ordenados conforme a sequência didática do Curso JAVU em seu Ambiente Virtual de Aprendizagem. Os princípios básicos da promoção da saúde dos adolescentes e jovens são aqui expressos utilizando uma linguagem simples, leve e fluida, adequada a Educação a Distância.

Em todos os capítulos podemos encontrar sugestões de atividades práticas a serem desenvolvidas na escola, todas alinhadas com os conceitos da Promoção da saúde e objetivando fortalecer as redes de proteção pertinentes aos jovens e adolescentes. A ideia é potencializar a escola como um espaço promotor de saúde.

Finalmente, demonstramos nossa gratidão aos professores do Brasil que participaram/participam do nosso curso, os quais possibilitaram a capilarização de ações promotoras de saúde no âmbito escolar, contribuindo para a prevenção das situações de risco dos adolescentes e jovens, sobretudo, entre aqueles inseridos em situação de vulnerabilidade.

Os organizadores



MÓDULO IX  
**GÊNERO**  
**NA ESCOLA**  
EDU TURTE CAVADINHA

2020



## Módulo IX

Gênero na Escola

### Ficha Técnica

Esta obra é licenciada nos termos Creative Commons, sendo todos os direitos reservados. É permitida a reprodução, disseminação e utilização desta obra, em parte ou em sua totalidade, desde que citada a fonte.

© 2020

Universidade de Brasília - UnB  
NESP – Núcleo de Saúde Pública

**Coordenação do Curso Técnico-Pedagógica**  
Coordenadora UTICS e Coordenadora do NESP/UnB  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Valéria Machado Mendonça

UEPSF (Unidade de Estudos de Saúde da Família)

**Coordenadora técnica do curso**  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Rackynelly Alves Sarmiento Soares

### Docentes e conteudistas

Módulo 1

*Prof Me Doutorando Jitone Leônidas Soares*

Módulo 2

*Prof<sup>a</sup> Dra. Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira*

Módulo 3

*Prof<sup>a</sup> Dra. Silvia Renata Lordello*

Módulo 4

*Prof<sup>a</sup> Ma. Elizabeth Alves de Jesus Prado*

Módulo 5

*Prof<sup>a</sup> Dra. Dais Gonçalves Rocha e Gabriela Fogaça*

Módulo 6

*Prof<sup>a</sup> Dra. Juliane Andrade e*

*Prof<sup>a</sup> Dra. Andréa Leite Ribeiro*

Módulo 7

*Prof<sup>a</sup> Dra. Sheila Giardini Murta*

Módulo 8

*Prof<sup>a</sup> Dra. Marlúcia Ferreira do Carmo e*

*Prof<sup>o</sup> Lucas Alves Bezerra*

Módulo 9

*Prof<sup>o</sup> Dr. Edu Turte Cavadinha*

Módulo 10

*Prof<sup>a</sup> Maíra Gussi de Oliveira, Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Gussi e Prof<sup>a</sup> Dra. Maria da Glória Lima*

Topografia Social

*Prof<sup>a</sup> Dra. Rudgy Pinto de Figueiredo e*

*Prof<sup>a</sup> Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo*

### Equipe técnica e produção de EaD

Rafael Valentim

Prof. Me. João Paulo Fernandes da Silva

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rackynelly Alves Sarmiento Soares

### Coordenador de Produção de Educação a Distância

Prof. Me. Doutorando Jitone Leônidas Soares

### Coordenador Pedagógico

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva

### Revisor de Textos

Prof. Flávio Rossi de Oliveira Reis

### Designer Instrucional

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosana Amaro

### Designer Gráfico

Daniel Alves Tavares

### Web Designer

Gabriel Cavalcanti D'Albuquerque Magalhães

### Ilustrador de EaD

Cristiano Silva Gomes

### Editor 2/3 D

Cristiano Alves de Oliveira







MÓDULO IX  
**GÊNERO  
NA ESCOLA**  
EDU TURTE GAVADINHA

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS

2020



SOBRE O AUTOR  
EDU TURTE CAVADINHA

7

1. APRESENTAÇÃO  
DO MÓDULO

8

2. OBJETIVO  
GERAL

9

3. AULA  
O QUE É GÊNERO

10

4. AULA  
GÊNERO EM NÚMEROS

16

5. AULA - CAMINHOS  
PARA MUDANÇA:  
COMO PODEMOS FAZER A  
DIFERENÇA NA ESCOLA

24

6. CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

27

REFERÊNCIAS

28

AVALIAÇÃO

29

ATIVIDADE  
FÓRUM

31

PROPOSIÇÃO DE GENA  
PARA DISCUSSÃO

31





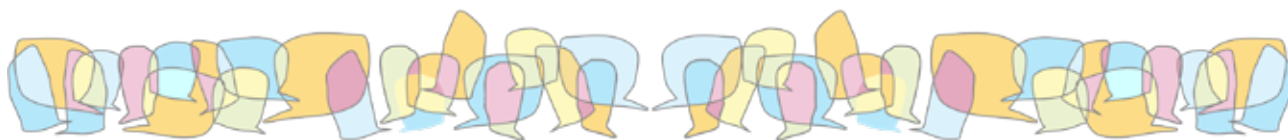
## SOBRE O AUTOR

# EDU TURTE CAVADINHA

**E**du Turte Cavadinha é Doutor em Ciências, pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Professor colaborador do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, Brasília-DF, email: [ecavadinha@gmail.com](mailto:ecavadinha@gmail.com)

306





## 1. APRESENTAÇÃO DO MÓDULO

Prezado professor, seja bem-vindo ao **módulo 9!**

**E**ste módulo oferecerá uma forma de reflexão, a partir da perspectiva de gênero, para promover, garantir e fomentar a igualdade entre homens, mulheres, meninas, meninos, pessoas não binárias, bem como respeitar e proteger as diversas manifestações e formas de ser das pessoas, dentro e fora do ambiente escolar.

Ao final deste módulo, os cursistas deverão ser capazes de reconhecer a importância das discussões de gênero para a compreensão de condições, situações e posições sociais que geram desigualdades, vulnerabilidades e conflitos dentro e fora da sala de aula. Também deverão ser capazes de analisar criticamente situações complexas do cotidiano para planejar e implementar ações de forma a promover o bem estar de estudantes e de colegas de trabalho. Assim, as competências e habilidades desenvolvidas aqui visam garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades para meninas, meninos e pessoas não binárias, visando o empoderamento e desenvolvimento da autonomia.

307

### Conteúdos

- Concepções, conceitos e terminologias sobre gênero.
- Sistema sexo/gênero: aspectos bio-psico-históricos e sociais.
- Compreensão dos aspectos relacionais e culturais das construções de masculinidades e feminidades. Representações de gênero na produção cultural e nos meios de comunicação de massas e sua influência na escola.
- A intersecção entre diferentes marcadores sociais e gênero.
- Gênero e violências.
- Dados brasileiros relacionados ao gênero.
- Políticas públicas, leis e igualdade de gênero.
- Estratégias de prevenção à violência de gênero na adolescência e juventude.
- Escolarização e a educação para sexualidade, equidade e igualdade de gênero.
- Reconhecimento das diferenças e valorização da diversidade para garantia dos direitos sociais.

**Este módulo tem a duração de 15 horas repartidas em 3 unidades de aprendizagem:**

- Aula – O que é gênero,
- Aula – Gênero em números,
- Aula – Caminhos para mudança: como podemos fazer a diferença na escola.





## 2. OBJETIVO GERAL



308

**P**romover a reflexão e o conhecimento sobre concepções, conceitos e terminologias de gênero, bem como sua aplicabilidade prática para que professores e professoras favoreçam uma visão crítico-analítica sobre os contextos sociais, culturais e econômicos que transversalizam essa temática.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Proporcionar a compreensão sobre as discussões e conceitos que envolvem as relações de gênero no contexto brasileiro;



Possibilitar ao docente uma atualização profissional dotada de competências e habilidades que lhe permita o pleno cumprimento de sua responsabilidade perante a sociedade, por meio da compreensão, reflexão, interpretação das questões de gênero; e



Apresentar ferramentas que possam colaborar no processo de empoderamento e autonomia dos professores para que possam promover saúde e bem-estar entre seus estudantes, além de instrumentalizá-los a atuar diante de diversas temáticas perante uma sociedade globalizada e em constantes transformações.

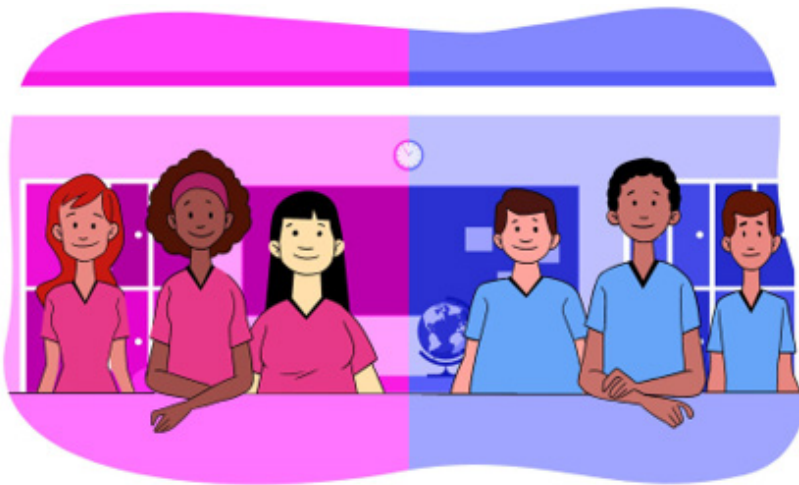
**CARGA HORÁRIA: 15 H/A**





### 3. AULA

# O QUE É GÊNERO







## AFINAL O QUE É O GÊNERO QUE TANTO FALAM?

A palavra gênero tem vários sentidos e pode ser empregada em diversas áreas do conhecimento. Nas Artes Plásticas, por exemplo, gênero se refere às categorias de classificação das obras de arte, segundo os diferentes critérios de estilo, época, autor, técnica, etc. Já na Literatura, gênero é cada um dos modos pelos quais os diferentes conteúdos literários se organizam em determinada forma de expressão com características específicas, como o lírico, o épico e o dramático.

Para a geometria, gênero é a metade do número de cortes que precisam ser feitos em uma superfície para que ela se torne simplesmente conexa (MICHAELIS, 2018).

Podemos citar uma variedade de conceitos, mas nenhum deles apresenta tanta repercussão e controvérsia do que quando usamos a palavra gênero para falar de expectativas sociais que cada sociedade tem para meninas, meninos, homem e mulheres.

Para entendermos melhor o que é gênero, vamos começar a nossa reflexão pensando em um momento especial que é o nascimento de um novo ser humano. Quando a família e amigos sabem da chegada do bebê, qual é a primeira coisa que geralmente é perguntada para a futura mãe? “Já sabe o sexo?” ou “É menino ou menina?” E essas informações geram tanta ansiedade, pois todo o círculo social que vai se relacionar com esta futura vida quer saber qual a forma de tratamento que será mais adequada.

310

Comprar o enxoval rosa para meninas e azul para meninos é muito comum na atualidade. Essas cores foram definidas como forma de identificação do sexo biológico dos bebês, já que é muito difícil definir isso olhando apenas pela aparência. Mas quem definiu que rosa era cor de meninas e azul de meninos? Afinal, ninguém nasce com objetos ou roupas e nem sequer pode manifestar, explicitamente, a preferência por uma cor em detrimento da outra.

Você sabia que em 1918 era o contrário? Rosa era cor de meninos, por ser considerada mais forte e azul era cor de meninas, por ser considerada mais delicada (PAOLETTI, 2012). A definição das cores para cada sexo do jeito que conhecemos hoje foi definida pelo mercado e não pela biologia.

Entretanto, tomamos essa questão de cores como algo tão natural que, se algum menino aparece usando rosa, por exemplo, chega a causar incômodo e espanto nas pessoas. Inclusive, chegam a pensar que há uma forte relação com o fato do menino em questão usar rosa com sua orientação sexual. E essa suspeita, em alguns casos, pode até gerar uma reação violenta por parte de pessoas mais conservadoras.





Mas a questão não para por aí: não é apenas sobre cores, também temos formas diferentes de criar meninos e meninas, como se opostos fossem. Assim, os tipos de brinquedos são diferentes, as coisas que costumamos dizer para meninas são diferentes das que costumamos dizer para meninos. Tudo isso para que aprendam, desde muito cedo, como agir em função de um sexo ou de outro.



Para refletir

Alguns estudos científicos demonstram que os brinquedos trazem repercussão social e cognitiva para as crianças (MILLER, 1987). Por exemplo, brinquedos de ação, de montagem e construção tendem a desenvolver habilidades de planejamento, resolução de problemas e percepção espacial. Essas habilidades são muito úteis na matéria escolar matemática. Para ver um experimento sobre brinquedos e estereótipos de gênero realizado pela BBC, veja o vídeo disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40974995/embed>

Tudo isso que foi apresentado até agora serviu para ilustrar a importância da socialização para que meninas e meninos aprendam os papéis esperados para cada sexo em nossa sociedade. Assim, entendemos que a escola é um espelho da sociedade e é um ambiente importante nesse processo de socialização, por isso que esse debate é imprescindível.

Desse modo, a palavra gênero utilizada neste módulo significa uma gama de características entendidas socialmente para diferenciar a masculinidade e a feminilidade. Essas características podem incluir o sexo biológico, papéis de gênero, expressões de gênero e identidade de gênero. É importante enfatizar que essas características estão conectadas com aspectos biológicos, psicológicos, culturais, sociais, econômicos e históricos, ou seja, não é um conceito estático, muda conforme o contexto e sociedade.

311



Atenção

Gênero e sexo biológico são conceitos diferentes. O sexo biológico se refere às características anatômicas e fisiológicas dos seres humanos. Já o gênero se refere aos conceitos sociais de funções, comportamentos, atividades e atributos que cada sociedade considera apropriados para homens e mulheres. (OMS). O gênero está relacionado ao sexo biológico, mas não necessariamente corresponde a ele. Aqui, não se pretende negar a existência do sexo biológico, o intuito é refletir sobre as questões sociais que geram desigualdades e vulnerabilidades.





## MULHERES E HOMENS: DIFERENTES REALIDADES E DISTINTOS PAPÉIS

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o gênero é um produto das relações entre as pessoas e pode refletir a distribuição de poder entre elas, gerando desigualdades em diversas áreas da sociedade.

Isso é muito importante para refletirmos sobre a crença social que ainda existe de que homens e mulheres são “sexos opostos”.

Essa visão faz com que muitas pessoas ainda acreditem que existem lugares sociais diferentes para cada gênero, ou seja, que o nosso sexo biológico, assim como nossos hormônios e genética, determinam não apenas nossas características físicas, mas também nossas habilidades, competências, desejos, anseios, preferências e aptidões. (SCHWARZ; LIMA, 2018).

Dessa forma, o fator biológico passa a ser a única questão considerada, e as pessoas tendem a ignorar as questões sociais, culturais e econômicas, naturalizando os comportamentos e rotulando os gêneros. Por exemplo, quem nunca ouviu expressões como “homens são de marte e mulheres são de vênus”, “só podia ser mulher”, “homem é assim mesmo”?

312

As características a serem exaltadas para cada gênero estão situadas numa lógica binária, por exemplo, masculino/feminino, forte/frágil, racional/emocional, provedor/cuidadora, etc. Estas características geram o que chamamos de estereótipos de gênero que é quando passamos a entender que todas as mulheres e homens se enquadram nesta lógica.

Em sociedades conservadoras como a nossa, a educação de homens e mulheres muitas vezes é orientada, desde muito cedo, para reforçar estes modelos predeterminados e mutuamente excludentes do que é ser homem e do que é ser mulher. (SCHWARZ; LIMA, 2018).

## GÊNERO NÃO É SÓ SOBRE MULHERES, TAMBÉM É IMPORTANTE PARA OS HOMENS

Expectativas de gênero também podem ser cruéis com homens e meninos, pois é cobrado um modelo de masculinidade que nem todos conseguem alcançar, gerando sofrimento. A sociedade cobra que os homens sejam fortes e pouco emotivos e que eles se distanciem de características tidas como femininas. Os homens vistos como “femininos” tendem ser ridicularizados, humilhados ou até podem sofrer violência física por parte de outros homens.





## E AS PESSOAS LGBTI+?

Para iniciar esse tópico, precisamos ter em mente dois conceitos: orientação sexual e identidade de gênero.

A orientação sexual de uma pessoa indica a inclinação afetiva e/ou erótica ao gênero que ela se sente atraída. Por exemplo, se for um homem que se relaciona com mulheres, ele é considerado heterossexual, se for um homem que se relaciona com homens, é homossexual ou gay. Quando o homem sente atração tanto por homens quanto por mulheres, ele é bissexual. Então o termo orientação sexual apenas se refere às relações.

Na sigla LGBTI+, ser lésbica, ser gay ou ser bissexual diz respeito à orientação sexual.

A identidade de gênero se refere ao gênero no qual a pessoa se identifica. Por exemplo, se eu nasci com o sexo biológico masculino e me identifico enquanto homem, ser homem é a minha identidade de gênero. Porém, também pode ocorrer de eu nascer com um pênis e não me identificar enquanto homem, mas sim como mulher. Neste caso, trata-se de uma pessoa transexual ou, como será utilizado neste módulo: “pessoas trans”.

### Uma pessoa trans pode ser:

- Mulher transexual (nasceu com o sexo biológico masculino, mas se identifica enquanto mulher);
- Travesti (nasceu com o sexo biológico masculino, mas se identifica no feminino). É um termo típico brasileiro;
- Homem trans (nasceu com o sexo biológico feminino, mas se identifica enquanto homem);
- Pessoas não-binárias (podem se identificar com nenhum dos gêneros ou até mesmo com todos eles em diversos espectros), na sigla são simbolizados pelo símbolo “+”.

313

Ainda existe a letra “i” que se refere às **pessoas intersexuais** que não é nem orientação sexual e nem identidade de gênero. São pessoas que nasceram com variações de caracteres sexuais (cromossomos, gônadas e órgãos genitais). Antigamente, eram conhecidas como hermafroditas, termo que caiu em desuso. Essas pessoas foram incluídas na sigla LGBT por sofrerem preconceitos e violências muito similares ao que essa população vivencia.



### VOÇÊ JÁ CONHECEU UMA PESSOA INTERSEXUAL?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ao menos 1% da população nasceu com algum tipo de intersexualidade (WHO, 2018).





É um tema com muito tabu no Brasil e geralmente as famílias preferem ficar no anonimato. Dependendo do grau de ambiguidade genital, alguns médicos recomendam que os pais autorizem procedimentos cirúrgicos no seu bebê para que ele possa ser enquadrado no sexo masculino ou feminino. A cirurgia vem sendo criticada pelo movimento social de pessoas intersexuais, pois, muitas vezes causam lesões permanentes e também pode acontecer da pessoa não se identifica com o gênero que foi escolhido pelos médicos, gerando sofrimento intenso.

Existe uma ideia equivocada de que as questões de gênero só se referem às pessoas LGBTI+. Como vimos até agora nesta unidade, gênero envolve todas as pessoas sejam elas LGBTI+ ou não. Porém, ressalta-se que discutir gênero na escola é de extrema importância para a população LGBTI+, visto que se suspeita que há uma alta taxa de evasão escolar por conta da não aceitação social e familiar que essas pessoas estão sujeitas, além de todas as violências estruturais que elas passam apenas pelo fato de existirem.

314

Pessoas trans são as que geralmente mais sofrem com as violências, principalmente quando são identificadas enquanto trans. Cabe ressaltar que nem toda pessoa trans é igual a outra. Algumas desejam tomar hormônios para ter características de um sexo ou de outro, outras não. Algumas querem realizar cirurgias para modificar o corpo, outras não. Então, depende de pessoa para pessoa. O que é importante destacar, no caso das pessoas trans, é o respeito ao pronome no gênero em que a pessoa se identifica e também o uso de seu nome social, caso não tenha modificado ainda seus documentos no registro civil.



Para refletir

Algumas pessoas utilizam o termo cisgênero para se referir às pessoas que não são trans. Assim, se eu nasci com o sexo biológico masculino e me identifico enquanto homem, eu sou uma pessoa cisgênero. Então se você ouvir por aí alguém falar “pessoa cis” já sabe o que significa. Também é muito importante não confundir orientação sexual com identidade de gênero. São conceitos totalmente diferentes. Cabe ressaltar que travestis, mulheres transexuais e homens trans também possuem orientação sexual e que esta pode ser diversa, por exemplo, uma mulher transexual pode se relacionar com mulheres ou com homens.





## 4. AULA

# GÊNERO EM NÚMEROS





**S**e pensarmos que, no século XIX, a educação das mulheres era exclusivamente voltada para os afazeres domésticos, podemos entender algumas características que ainda atribuímos ao gênero feminino na atualidade, como o cuidado das crianças e a responsabilidade pelo cuidado da casa. Entretanto, vários avanços sociais ocorreram neste último século, como, por exemplo, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e sua crescente escolarização, a disseminação de métodos contraceptivos e maior acesso à

informação com a redução da taxa de fecundidade.

Mesmo assim, o cenário ainda carece de mudanças mais substantivas. A seguir, daremos pistas de como as desigualdades de gênero funcionam em setores sociais importantes, a partir de alguns dados coletados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública e pelo Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde.

## NO ÂMBITO DA UNIDADE FAMILIAR

316

Os dados levantados pelo IBGE, em 2016, demonstram que as mulheres seguem dedicando relativamente mais tempo aos afazeres domésticos e aos cuidados das pessoas da família. (IBGE, 2018).

As horas semanais dedicadas ao cuidado de pessoas e afazeres domésticos para cada gênero são de 18 horas para as mulheres e 10 horas para os homens. Desta forma as mulheres trabalham 73% de horas a mais que os homens em casa.

Estudiosos alertam que algumas mulheres acabam tendo uma dupla jornada de trabalho: o trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Essa jornada fica ainda mais pesada quando a mulher é casada, como demonstra um estudo norte-americano que concluiu que ter um marido aumenta em até 7 horas o trabalho doméstico para as mulheres.

Mesmo com essa diferença, a relação do trabalho doméstico como algo tipicamente feminino está mudando e muitos homens já assumem essa responsabilidade sem nenhum julgamento contra sua masculinidade. Inclusive, vem crescendo no mundo um movimento de paternidade ativa, onde os homens reivindicam mais participação no cuidado de seus filhos e filhas.





## NO MERCADO DE TRABALHO

Como algumas mulheres necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, isso acaba refletindo na busca de empregos com carga horária reduzida e, conseqüentemente, menores salários. Isso é mais evidente em mulheres de classe econômica mais baixa e entre mulheres negras (31,3% exerciam ocupação por tempo parcial em 2016).

Em termos de salários, os dados do IGBE demonstram que as mulheres continuam recebendo cerca de 75% do que os homens recebem, demonstrando uma disparidade econômica.



Para refletir

Uma pesquisa salarial realizada por uma empresa de anúncios e buscas de empregos no Brasil demonstrou que as mulheres ganham até 38% menos que os homens na mesma função (CATHO, 2018). Se as funções são as mesmas, com as mesmas demandas, competências e habilidades, o que justifica a diferença salarial?

## NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

O Brasil tem o pior resultado entre os países sulamericanos quando diz respeito às mulheres ocupando cargos na política. Quando se compara com países de outros continentes, o Brasil ocupa a 152ª posição entre os 190 países. Isso demonstra que a política no Brasil ainda é um ambiente masculino.

Para termos uma melhor visualização deste contexto, vamos pegar o ano de 2017. Neste ano, o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de apenas 11,3%, sendo que, na Câmara dos Deputados, 10,5% dos deputados federais eram mulheres e, no Senado Federal, 16,0% dos senadores eram mulheres. Neste mesmo ano, 26 ministros homens foram indicados para assumir os ministérios em comparação a apenas duas mulheres.

Outra questão considerada relevante é a proporção de policiais civis e militares mulheres. Neste quesito, as mulheres representam apenas 13,4% do efetivo ativo das polícias militares e civis. A presença de mulheres policiais é de extrema importância para garantir as medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Esse número pouco expressivo de mulheres policiais expõe ainda mais a vulnerabilidade que as mulheres que sofrem violência estão sujeitas.

Quando se pensa nos cargos gerenciais, seja em empresas privadas ou no setor público, temos 60,9% dos cargos gerenciais ocupados por homens e apenas 39,1% ocupados pelas mulheres.

Muitas pessoas tentam argumentar que é uma questão de meritocracia e que







basta querer para chegar lá. Porém, basta dar uma olhada na história do Brasil e de outras sociedades para ver que, por muito tempo, as mulheres eram destinadas ao espaço privado do lar, sem nenhuma voz ou visibilidade pública. Em muitas épocas, mulheres que tentavam

ter mais destaque na vida pública, eram rechaçadas por estarem tentando fazer “coisas de homens”. Quanto tempo é necessário para se reparar um dano histórico social? Não sabemos, mas estamos no caminho de fazer isso quando buscamos a igualdade de direitos.



318



Para refletir

Até pouco tempo atrás, o voto das mulheres não tinha o mesmo peso do voto dos homens no Brasil. As mulheres ganharam o direito ao voto em 1932, mas o voto era facultativo. Apenas em 1965 o voto feminino foi equiparado ao masculino. O movimento para conquistar o direito ao voto para as mulheres brasileiras foi liderado pela bióloga Bertha Lutz (ASSIS; SANTOS, 2016).

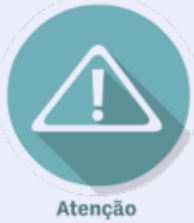
## NA EDUCAÇÃO

Aqui a balança da desigualdade tende a mudar de lado por conta da tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres. Em 2016, a taxa de frequência escolar no ensino médio dos homens de 15 a 17 anos de idade era de 63,2%, enquanto a feminina era de 73,5% (IBGE, 2018).

Como consequência, as mulheres atingem mais o nível de ensino superior do que os homens. Os dados do IBGE demonstram que 21,5% das mulheres completaram a graduação. Esse número fica em 15,6% para os homens na faixa etária de 25 a 44 anos (IBGE, 2018).

Apesar do cenário da educação demonstrar que as mulheres superam os homens nos dados educacionais analisados pelo IBGE, isso não tem sido revertido em uma melhor situação econômica para as mulheres como vimos nos tópicos anteriores.





É importante destacar que outros fatores como cor/raça, ter algum tipo de deficiência, morar em áreas urbanas ou rurais, entre outros, podem ter impactos significativos nas questões de gênero, reforçando ou até mesmo amenizando desigualdades. Quando pensamos o gênero e levamos em consideração esses fatores, estamos falando de interseccionalidade.

## GÊNERO E VIOLÊNCIAS

**N**ão há como negar que existem diversos fatores que são causadores de violência no país, como por exemplo, a profunda desigualdade

econômica e social brasileira. Porém, esses fatores atravessam e são atravessados pelas questões de gênero como será demonstrado neste tópico.

## HOMICÍDIO

A questão de gênero a ser pensada neste tópico se refere ao número de mortes da população jovem no Brasil (15 a 29 anos). Em 2016, 33.590 jovens foram assassinados, sendo que uma maioria gritante (94,6%) pertence ao sexo masculino. Quando fazemos o recorte de raça/cor, podemos perceber a faceta da desigualdade racial no Brasil, pois a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (IPEA, 2018).

As políticas públicas ainda não chegaram perto de dar a devida resposta para o enfrentamento deste problema. Mas podemos pensar em como trabalhar questões de gênero desde a escola para tentar modificar esse quadro, pois o homicídio é um problema majoritariamente dos homens: eles são a maioria dos autores desta violência e também a maioria das vítimas.

Alguns estudiosos acreditam que os papéis de gênero esperados para os homens podem explicar, em parte, porque essa é uma violência majoritariamente masculina. Meninos e homens são socializados para serem fortes e dominantes, já das mulheres, é esperado um comportamento subordinado e pacífico.

Cabe ressaltar que também existem mulheres que cometem homicídio, entretanto em proporção muito menor.





## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FEMINICÍDIO E ESTUPRO

**E**nquanto os homens estão mais expostos às violências em locais públicos, as mulheres são vitimadas dentro da sua própria casa e seus agressores geralmente são homens conhecidos.

Só em 2017, foram registrados mais de 220 mil casos de violência doméstica no Brasil, sendo 606 casos por dia (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018). Esse tipo de violência que acontece em todas as classes sociais é uma violência reconhecidamente relacionada às questões de gênero.

O Femicídio é o assassinato da mulher pela razão e condição do gênero feminino. Geralmente, a mulher vítima de feminicídio sofreu vários outros tipos de violência antes da sua morte (violência psicológica, física, sexual, patrimonial, etc). No Brasil, foram contabilizados 1.133 casos de feminicídio em 2017 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

320

Outra violência sofrida majoritariamente por mulheres é o estupro. Em 2017, foram registrados 60 mil casos no Brasil. Entretanto, apesar de ser um número bastante elevado, acredita-se que represente apenas 10% dos casos de estupro que acontecem de fato por conta da subnotificação. Ou seja, possivelmente 600 mil pessoas foram estupradas em 2017 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018). No caso do estupro, a violência de gênero continua atuando até quando a vítima vai buscar ajuda das autoridades para reportar o caso.

Muitas mulheres se sentem julgadas e humilhadas nas delegacias e em instituições que deveriam protegê-las, por isso muitas vítimas preferem não reportar o crime sofrido, causando essa subnotificação.

No caso do estupro, quando as vítimas são crianças, o agressor, geralmente, é alguém conhecido (30% dos casos). Quando as vítimas são jovens e adultas, prevalecem casos de autor desconhecido (32% e 53% respectivamente), mas mesmo assim ainda é grande o número de mulheres jovens e adultas violentadas por amigos/conhecidos.



Saiba mais

O movimento *#MeToo* que pode ser traduzido como “#Eu também” foi criado nas redes sociais para denunciar abusos sexuais no ambiente de trabalho, mas logo ganhou repercussão quando muitas artistas começaram a falar de suas experiências e encorajar outras mulheres a fazerem o mesmo. Muitos homens poderosos foram denunciados durante este movimento. Para explorar mais esse movimento, busque pela hashtag *#MeToo* no twitter, instagram e facebook.





## VIOLÊNCIAS CONTRA AS PESSOAS LGBTI+

Esta violência é difícil de ser contabilizada por não haver muitos recursos para sua notificação. Ainda carece de leis protetivas e sofre por conta das negligências por parte das autoridades brasileiras, esbarrando em posicionamentos conservadores que impedem que surjam ações e políticas eficazes para o combate a este tipo de violência. Portanto, os dados apresentados aqui foram levantados por grupos que mapearam os assassinatos por meio de casos reportados pela mídia, ou seja, por não vir de fontes oficiais, este dado está com certeza subnotificado.

Mesmo com essa subnotificação, o cenário não é bom. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2018), a cada 19 horas um LGBT é assassinado ou se suicida vítima de preconceito. Até outubro de 2018, foram registrados 347 casos de homicídios de pessoas LGBTI+. No ano de 2017, foram contabilizados 179 assassinatos de pessoas trans, sendo a grande maioria de Travestis e Mulheres Transexuais (ANTRA, 2017). O Brasil é visto, mundialmente, como o campeão mundial desse tipo de crime (TGEU, 2017).

Cabe ressaltar que mulheres lésbicas e homens trans também estão expostos a um tipo de estupro chamado “corretivo” que é quando um ou mais homens forçam o ato sexual para “corrigir”, violentamente, sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Esses assassinatos, professor, têm como motivação principal as questões de gênero, pois a população LGBTI+ não se adequa às normas pré estabelecidas socialmente e paga um alto preço por isso. Assim, o o preconceito em razão da orientação sexual e identidade de gênero coloca essas pessoas numa situação de desproteção e vulnerabilidade.

321

## SUICÍDIO

O ato de tirar a própria vida é um tema de difícil abordagem e permeado por tabus sociais por ser um fenômeno complexo e de difícil compreensão. Entretanto, algumas questões relacionadas ao gênero podem ser pensadas, a partir de dados disponíveis sobre o suicídio.

Segundo Boletim do Ministério da Saúde, entre os anos de 2011 e 2016, ocorreram 48.204 tentativas de suicídio. As mulheres foram as que atentaram mais contra própria vida, 69% do total registrado e 33% delas tentou mais de uma vez. Neste mesmo período, aconteceram 62.804 mortes por conta de suicídio, com os homens representando 79% do total de mortes registradas. Ou seja, muitas mulheres tentam suicídio, mas os homens são os que mais morrem, principalmen-

te na faixa etária de 15 a 29 anos. É a 4ª causa de morte entre e a população jovem no Brasil (BRASIL, 2017).

Alguns estudiosos acreditam que os homens tendem a ter mais êxito em tirar a vida pelo fato da masculinidade ter mais incentivo a questões violentas e de poder. Os dados demonstram que o enforcamento é a forma mais predominante de autoextermínio. As mulheres tendem a tentar suicídio através da ingestão de medicamento ou substâncias venenosas.

Entre as pessoas LGBTI+, este dado é muito difícil de ser mensurado. Entretanto, muitos casos são compartilhados pela mídia. O único dado disponível é o do relatório “Transexualidades e





Saúde Pública no Brasil' que indica que 85,7% dos homens trans já pensaram ou tentaram cometer suicídio (SOUZA et al., 2016).

Porém, além das questões de gênero, é importante pensar nos fatores de risco

que estão relacionados às tentativas de suicídio, como os transtornos mentais, depressão e alcoolismo; isolamento social; ter passado por perdas recentes; e condições clínicas incapacitantes, como lesões desfigurantes, dor crônica, neoplasias malignas.

322



Fique de olho

Se você quiser orientações sobre [prevenção do suicídio](#) para trabalhar em sala de aula, acesse o material disponível pelo Ministério da Saúde do Brasil.

Acesse [Suicídio Saber, agir e prevenir](#).





## 5. AULA - CAMINHOS PARA MUDANÇA: COMO PODEMOS FAZER A DIFERENÇA NA ESCOLA



323





Afinal, o que a sociedade ganha com a igualdade de gênero? Nas unidades anteriores foi demonstrado que a busca pela igualdade de gênero pode ser o caminho para uma cultura de paz no Brasil, além de contribuir para a diminuição de disparidades sociais.

A busca da igualdade de gênero é relevante, inclusive para o crescimento econômico do país. Por isso, o Fórum Econômico Mundial realiza uma pesquisa todos os anos para avaliar como estão as questões de igualdade entre homens e mulheres no mundo. Essa pesquisa utiliza dados como os que foram apresentados aqui neste módulo e faz um ranking entre os 149 países participantes do Fórum. No relatório mais recente de 2018, o Brasil ficou na 95ª posição, ou seja, temos um longo caminho pela frente (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018).

TOP 10 PAÍSES COM MAIS IGUALDADE DE GÊNERO: 1º Islândia; 2º Noruega; 3º Suécia; 4º Finlândia; 5º Nicarágua; 6º Ruanda; 7º Nova Zelândia; 8º Filipinas; 9º Irlanda; 10º Namíbia. (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018).



Para refletir

SEGUNDO O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, UM SÉCULO É A QUANTIDADE DE TEMPO NECESSÁRIA PARA ACABAR COM AS DISTÂNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES, SE FOR MANTIDO ESSE RITMO ATUAL. PRECISAMOS ACELERAR, NÃO ACHA? NÓS FAZEMOS PARTE DESSE PROCESSO DE MUDANÇA.

324

## MAS, E NA PRÁTICA?

Professor, para pensarmos práticas mais inclusivas e voltadas para a igualdade de gênero dentro da sala de aula, é muito importante conhecer os dispositivos e ferramentas disponíveis no Brasil, como por exemplo:

- **Lei Maria da Penha** – É considerada uma das leis mais avançadas do mundo no enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- **Lei do Feminicídio** – Lei mais recente que reconhece que muitas mortes das mulheres brasileiras são relacionadas às questões de gênero;
- **Programa Mulher Viver sem Violência** – Congrega diversas políticas e ações para melhorar o acesso a elas;
- **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher** – Documento básico para às questões de promoção, prevenção e proteção da saúde;
- **Política Nacional de Saúde do Homem** – Reconhece que as desigualdades de gênero também afetam a população masculina. Os homens tendem a cuidar e acessar menos os serviços de saúde; e
- **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** – Essa política reconhece que o preconceito dificulta o acesso das pessoas LGBT aos serviços de saúde e também cita suas demandas e especificidades.





O conhecimento desses dispositivos ajuda a embasar materiais didáticos-pedagógicos para serem trabalhados na escola.

Também é importante trabalhar uma educação pautada pelo respeito à diversidade. Afinal, todas as pessoas são diferentes em seu modo de ser, falar, vestir, forma de cuidar do corpo, modo de ver o mundo, preferências, ou seja, existem diferentes formas de expressar o gênero. As diferenças não devem fomentar discriminações dentro da escola.

Logo, devemos ficar atentos às condutas que segreguem as pessoas por gênero. Por exemplo, quando um professor costuma separar meninas num grupo e meninos em outro para realizar uma atividade escolar. Evitar reproduzir estereótipos como “meninos são melhores em exatas e meninas são melhores em

humanas”, para que os jovens sintam-se livres para desenvolver toda sua potencialidade e realizar suas escolhas sem pré-julgamentos ou expectativas ligadas ao gênero.

Combater brincadeiras e piadas (*bullying*) que ridicularizam mulheres e população LGBTI+ e, mais enfaticamente, as violências físicas e psicológicas direcionadas a este grupo. Trabalhar questões sobre violência dentro de relacionamentos afetivos com os estudantes, por exemplo, dependência, posse, ciúme, não aceitação do fim do relacionamento, vazamento de fotos íntimas para vingança, etc. Favorecer a criação de espaços e canais de diálogo entre escola e estudantes para trabalhar questões complexas que estão fortemente relacionadas às questões de gênero. Convidar os pais e responsáveis para participarem dos debates e conhecer melhor a temática.







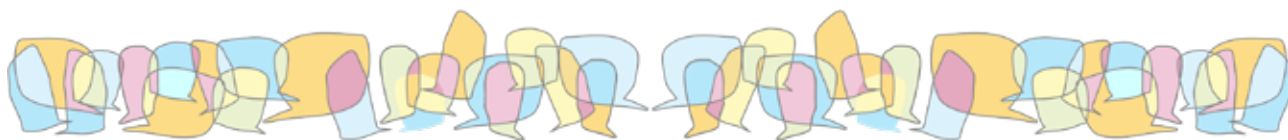
## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

326

Neste módulo, vimos como as questões de gênero são importantes para todas as pessoas. Nossa discussão trouxe conceitos e dados para que os professores tenham mais propriedade e sintam-se capazes de trabalhar essa questão em sala de aula. A seguir, apresentaremos um mapa conceitual sobre os principais temas abordados:

Desse modo, professor, trabalhar a educação sobre a ótica da igualdade de gênero dentro da escola pode ajudar a combater as desigualdades e todas as violências relacionadas ao gênero. Também é importante pensar que as questões de gênero podem ser pensadas para se refletir sobre vários temas, inclusive em outros módulos apresentados no curso, como o módulo a seguir.





## REFERÊNCIAS

ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos Assassina-201** . [online] Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> Acesso: 29 out. 2018.

ASSIS, M. E. A. de; SANTOS, T. V. dos (Org.) **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**: Perfil Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil e a Rede de Atenção à Saúde. 2017. [online] Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf> Acesso: 10 out. 2018.

CATHO EMPRESAS. **Pesquisa Salarial e de Benefícios online**, 2018. [online] Disponível em: <https://www.catho.com.br/salario/action/site/artigos.php> Acesso em 21 nov. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2018. [online] Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/> Acesso em 12 nov. 2018.

327

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Homicídios de LGBT no Brasil em 2018**. [online] Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/homicidios-de-lgbt-no-brasil-em-2018/> Acesso em 1 dez. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2018. [online] Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, 2018. [online] Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_Atlas\\_da\\_Violencia\\_2018\\_Relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf) Acesso em 11 dez. 2018.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro Da Língua Portuguesa**, 2018. [online] Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/genero/> Acesso em: 22 nov. 2018.

MILLER, C.L. Qualitative differences among gender-stereotyped toys: Implications for cognitive and social development in girls and boys. Volume 16, Issue 9–10, p. 473–487, 1987.





PAOLETTI, J.B.  
University Press, 2012.

. Indiana

SCHWARZ, E.; LIMA, D.C. **Paternidade e cuidado** [recurso eletrônico] / Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: [https://unarus-quali.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/238060/mod\\_resource/content/12/conteudo/files/livro.pdf](https://unarus-quali.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/238060/mod_resource/content/12/conteudo/files/livro.pdf) Acesso em 10 dez. 2018.

SOUZA, E. *et al.*

**Brasil: Entre a Invisibilidade e a Demanda por Políticas Públicas para Homens Trans.** Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH). 2016. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf> Acesso em 10 dez. 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report** 2018. [online] Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2018.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf). Acesso em: 20 nov. 2018.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. , 2018. [online] Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/gender> Acesso em 10 nov. 2018.





## AVALIAÇÃO

### Exercício e fixação Aula 1

- 1 - O que é gênero?
  - Gênero é uma ideologia que nega a existência da biologia.
  - Gênero só reconhece as questões sociais como relevantes para definir as pessoas
  - Gênero se refere a expectativas sociais sobre o que é ser homem e o que é ser mulher e leva em consideração diversas questões, inclusive as biológicas em conjunto com fatores psicológicos, sociais, culturais e históricos.
  
- 2 - Marque os termos que se referem à orientação sexual de uma pessoa.
  - homem, mulher e pessoa trans
  - Lésbica, Gay, bissexual, heterossexual
  - Mulher transexual, Travesti
  - Mulher transexual, gay e travesti
  
- 3 - O que é identidade de gênero
  - Diz respeito ao desejo afetivo e erótico das pessoas
  - É como a pessoa se identifica socialmente. Apesar da maioria das pessoas assumir uma identidade de gênero que corresponde ao seu sexo biológico, algumas pessoas não se enxergam dessa maneira.
  - São identidades fixas que correspondem ao sexo biológico
  
- 4 - O que é nome social?
  - Um apelido
  - Nome pelo qual algumas pessoas travestis e trans usam para se identificar e podem usar na sua matrícula e listas de frequência, independente de terem mudado seu nome de registro. É um direito garantido por resolução homologada pelo MEC.
  - Nome pelo qual pessoas trans e travestis usam para se identificar e só é utilizado se a direção e professores da escola permitirem.
  
- 5 - Sobre às desigualdades entre homens e mulheres no Brasil, marque a alternativa correta:
  - As mulheres continuam dedicando mais horas para os afazeres domésticos do que homens.
  - Os homens tendem a concluir o ensino superior mais do que as mulheres.
  - Segundo os dados disponíveis, já é certo que as mulheres recebem salários iguais aos dos homens, não importa a função.
  - Os homens seguem ocupando a maioria das cadeiras políticas, seja no Senado ou na Câmara. Entretanto, as mulheres já ocupam quase a mesma quantidade.





## ATIVIDADE FÓRUM

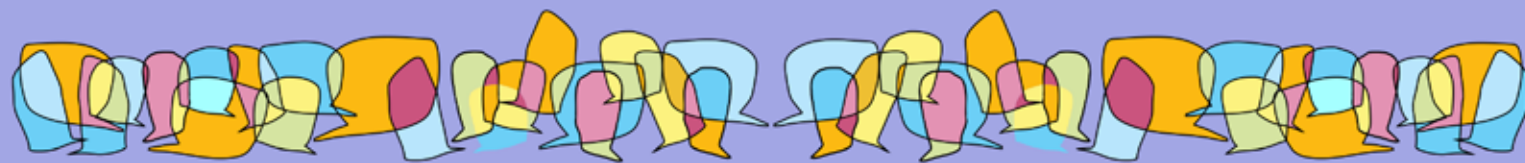
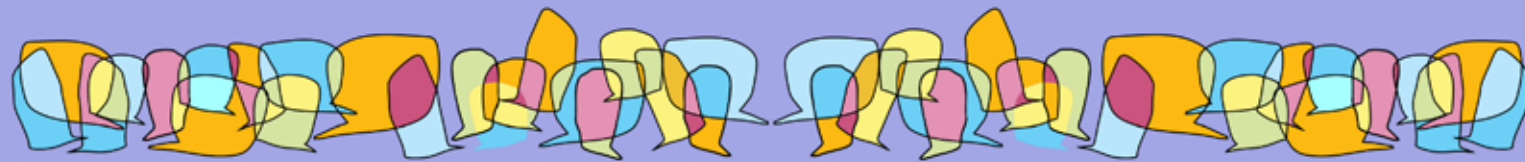
O que é ser homem e o que é ser mulher? Quais são as características masculinas e quais são as consideradas femininas?

330

## PROPOSIÇÃO DE CENA PARA DISCUSSÃO

Na sala de aula você identifica uma aluna que nunca responde à lista de chamada e, ao olhar a lista, percebe que tem um nome masculino que nunca recebeu uma presença. Como você procederia neste caso?





MINISTÉRIO DA SAÚDE



# **SOBRE OS AUTORES**

## **RACKYNELLY ALVES SARMENTO SOARES**

Docente do IFPB. Doutora em Modelos de Decisão e Saúde (UFPB), Mestre em Modelos de Decisão e Saúde (2012). Possui graduação em Tecnologia em Geoprocessamento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2008). Atua como pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (UnB) na avaliação de políticas de iniquidades e na análise de situação de saúde. Membro da equipe editorial da *Tempus Actas de Saúde Coletiva*. Atualmente, colabora na Universidade Federal da Paraíba, no Núcleo de Estudo em Saúde Coletiva como docente. Integrante do grupo de pesquisa do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Tem interesse em modelos de decisão como árvores de classificação, em sistemas de informações em saúde, em Sistemas de Informações Geográficas, em Bancos de Dados Geográficos, em geoprocessamento aplicado à saúde, em big data. Desenvolve estudos epidemiológicos. Membro do grupo de pesquisa “Ensino: teorias e práticas na educação básica”, sediado no IFPB - Campus Sousa.

## **ANDRÉ RIBEIRO DA SILVA**

Doutor e Mestre em Ciências da Saúde, Especialista em Atividade Física para Grupo Especial e Gestão Pública, Graduado em Educação Física e Pedagogia. Professor de curso de especialização na Universidade de Brasília, Instituto de Cardiologia do Distrito Federal e Instituto Tratos, graduação em multidisciplinar na Universidade de Brasília e graduação em Educação Física, Enfermagem e Psicologia na Faculdade Linear. É pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília. Consultor Ad hoc da Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Consultor Ad hoc de periódicos científicos nacionais e internacionais. É membro do Conselho Editorial da Editora Atena. É membro de Comissão de Publicação da Revista do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília. É membro do Colégio Europeu de Ciências do Esporte. Tem experiência como coordenador e revisor pedagógico de cursos e disciplinas na modalidade a distância, pela Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, Fundação Oswaldo Cruz e Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos. Tem experiência na área de TICs, Educação, Educação Física e Saúde Coletiva.

## MARIA FATIMA DE SOUSA

Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba, com pós doutorado pelo Centre de Recherche sur la Communication et la Santé (ComSanté), da Université du Québec à Montréal (UQAM). Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciências Sociais pela UFPB, especialista em Saúde Coletiva e graduada em Enfermagem pela UFPB. Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, de onde foi diretora da Faculdade de Ciências da Saúde (2014-2018). Implantou e foi a primeira coordenadora do Mestrado Profissionalizante do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva e ex-coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP), da UnB, e lá implantou a Unidade de Estudos e Pesquisas em Saúde da Família (UEPSF). Ex-vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Foi gerente nacional do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e assessora no Programa Saúde da Família (PSF), junto ao Ministério da Saúde (1994-2001). Atuou como consultora nas Secretarias Municipais de Saúde e do Verde e Meio Ambiente, ambas em São Paulo. Tem experiência no campo da Saúde Coletiva, com ênfase em políticas públicas de saúde, modelos de atenção à saúde e gestão de sistemas locais de saúde.

## JITONE LEÔNIDAS SOARES

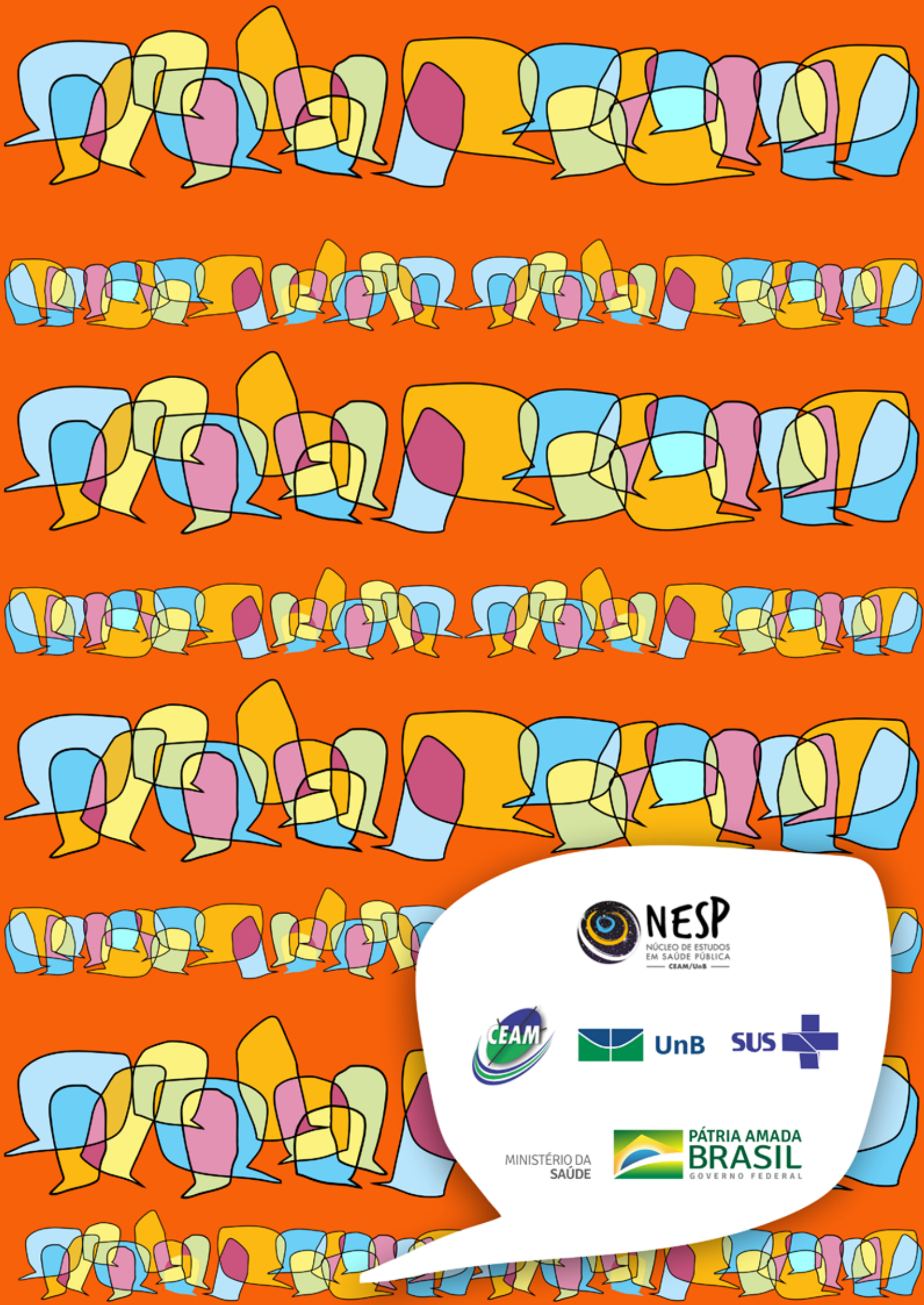
Doutorando em Ciências da Saúde (UnB), Mestre (UnB) e Licenciado em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB); Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância (UFF); Especialista em Inovação em Mídias Interativas (UFG) e Especialista em Gestão Pública (UFG). Especialista em Educação Aberta e Digital pela Universidade Aberta de Portugal (UAberta) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor orientador e Membro do Comitê Gestor do curso de Especialização em Saúde da Família do programa de Pós Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília. Atuou como Professor substituto dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-UnB). Experiência docente enquanto professor do curso de Licenciatura, Bacharelado em Educação Física e no Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Educação Física modalidade a distância em faculdade particular do Distrito Federal. É Professor do Magistério Superior Voluntário no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM / Núcleo de Estudos em Educação e Promoção da Saúde. Tem experiência em Educação a Distância no terceiro setor, público e privado. Participou da implementação e gestão dos cursos pioneiros em Educação Física a distância da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-EaD-UnB). Atuou como gerente e coordenador de produção de cursos online no Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília CEAD-UnB, Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília / Universidade Aberta do SUS e Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - (FIOTEC). Tem 12 anos de experiência em planejamento, implementação e gestão de projetos de EaD na graduação, pós graduação e extensão na UnB, UniR e UniFAP. Participou da idealização dos cursos online do programa de voluntariado do Governo Federal para a copa do mundo da FIFA Brasil 2014 para o Ministério do Esporte. Atuou em projetos para o Ministério da Educação - Programa Pró Licenciatura,



UAB - Universidade Aberta do Brasil, Conselhos Escolares e INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Coordenadoria de Capacitação e Educação - PROCAP-UnB, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA entre outras instituições. Criou a Escola Virtual da Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (EV-ANFIP). Tem interesse por: Educação a Distância, Inteligência Artificial, Chatbot, Bigdata, Educação Física, Exercícios Físicos, Lazer e Qualidade de Vida, AVC - Acidente Vascular Cerebral - E-mail: jitone@unb.br

## **ANA VALÉRIA MACHADO MENDONÇA**

Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Universidade de Brasília (UnB). Pós doutora em Comunicação em Saúde, pelo Centre de Recherche sur la Communication et la Santé (ComSanté), da Université du Québec à Montréal (UQAM). Possui doutorado em Ciência da Informação pela UnB, mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialização em Administração da Comunicação Empresarial e graduação em Jornalismo e Relações Públicas. Atualmente é coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UnB (NESP/CEAM/UnB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação em Comunicação em Saúde Coletiva (CNPq-Brasil). Coordenou o Centro de Tecnologias Educacionais Interativas em Saúde, da Faculdade de Ciências da Saúde (CENTEIAS/FS). Foi consultora em projetos de inclusão digital para o Ministério das Comunicações. Tem experiência nas áreas das Ciências da Informação e da Comunicação com ênfase em Comunicação da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: informação e comunicação em saúde, tecnologias da informação e comunicação em saúde, inclusão digital, alfabetização em informação e em comunicação, redes e mídias sociais e ensino a distância.



MINISTÉRIO DA SAÚDE

